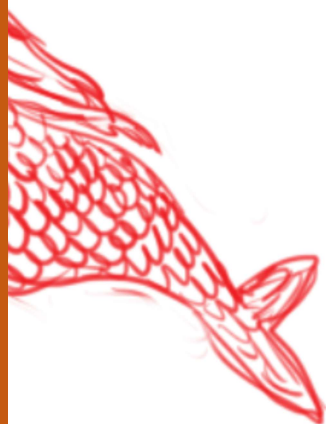




Arquivos & Educação

**Experiências e pesquisas
brasileiras em diálogo**



**Ivana Denise Parrela
Adriana Carvalho Koyama
(organizadoras)**

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

conversando sobre patrimônio e cidadania no
Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro

MANCEBO-CARNEIRO, Tarsila (1)
GOMES, Priscila Ribeiro (2)
PINTO, Luíza Angélica Lisboa (3)

1. UNIRIO. Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos
Rio de Janeiro
tarsilamancebo@gmail.com
2. UNIRIO. Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos
Rio de Janeiro
pri.unirio@yahoo.com.br
3. UNIRIO. Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos
Rio de Janeiro
lisboa.luiza@gmail.com

RESUMO

Este artigo surgiu a partir do projeto de extensão "Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas", desenvolvido por um grupo de estudos da Unirio. Acreditando que a vinculação com o patrimônio nas práticas pedagógicas permite ao aluno se reconhecer e se envolver no processo de ensino e aprendizagem, nosso objetivo foi pensar o arquivo como instrumento de ação educativa. Nessa perspectiva, o trabalho consiste em um relato da experiência com alunos e professores do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), tendo como foco o uso dos arquivos como instrumento a ser utilizado em salas de aula. Tal experiência permitiu apontar que a aproximação entre instituições educacionais e os arquivos é um processo de redescobrimto e uma ação de promoção cultural, educacional, de preservação do patrimônio e de exercício de cidadania.

Palavras-chave: Educação patrimonial. Arquivo. Cidadania.

Introdução

Este artigo visa analisar como a educação patrimonial enquanto prática pedagógica pode contribuir para que os estudantes se redimensionem como agentes históricos a partir da construção da memória coletiva. A ideia foi fruto da experiência do projeto de extensão da UNIRIO “Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas”, sob a coordenação da professora doutora Priscila Ribeiro Gomes.

A ação existe, aproximadamente, há seis anos e tem como objeto de estudo o uso da educação patrimonial nas práticas pedagógicas, visando discutir arquivo, memória e cidadania. Relatamos aqui o trabalho desenvolvido no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ).

Enquanto projeto de extensão, almejava-se:

[...] estabelecer o compartilhamento de saberes entre a Academia e os setores sociais, neste caso, o CEMI, buscando estimular reflexões sobre o que se entende por patrimônio cultural nos corpos docentes e discentes, através da disseminação do acervo do CEMI, tornando-o um instrumento pedagógico das práticas escolares, que poderá auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, tendo um desdobramento interdisciplinar na cognição do conhecimento (GOMES, 2011, p. 4).

Os estudos nos permitem apontar que a aproximação entre as instituições educacionais e os arquivos é um processo de redescobrimto. Assim, concordamos com Renata Fratini quanto à contribuição da educação patrimonial:

A educação patrimonial pode contribuir de forma muito relevante para a democratização da cultura e acesso à informação, para a incorporação do patrimônio por toda a sociedade – não somente por alguns –, e para a formação de cidadãos capazes de se reconhecerem como parte desse patrimônio histórico-cultural (FRATINI, 2009, p. 3).

Nesse sentido, temos como objeto de estudo o uso da educação patrimonial como forma de discutir arquivo, memória e cidadania. Dentre tantas ferramentas voltadas para o ensino da educação patrimonial, buscamos focar o uso dos arquivos enquanto instrumento potencializador das práticas escolares. O desafio em transformar o arquivo atraente para os usuários – pesquisadores ou não – é difícil, mas pode reservar resultados surpreendentes quando se consegue sensibilizar professores e alunos quanto à importância da preservação do patrimônio para a representação e o exercício da cidadania em cada indivíduo que se sente representado por ele.

Metodologia e referencial teórico

Adotamos como metodologia: a) pesquisa bibliográfica, visando dar embasamento teórico ao projeto e revisitando a literatura existente sobre o tema; b) estudo exploratório de campo: partindo do princípio de que toda pesquisa inicia com um estudo prévio para analisar sua viabilidade; e c) trabalho empírico, realização de oficinas com a temática “Educação Patrimonial”, com o objetivo de verificar o entendimento que os participantes têm sobre o tema e de propor discussões sobre o assunto.

Percebe-se uma distância entre o discurso relativo à necessidade de se preservar determinado patrimônio e de compreender melhor sua importância para a sociedade e as práticas por parte das escolas e das instituições responsáveis pela preservação das memórias, no intuito de aproximar criticamente os alunos dos símbolos do passado, contribuindo, assim, para a construção de sua identidade. O trabalho foi desenvolvido com vistas a analisar como a educação Patrimonial pode contribuir para que os estudantes se percebam integrantes da história.

Explica Heloísa Liberalli Bellotto:

A atividade educativa é inerente aos arquivos públicos, mas aflora circunstancialmente. Qual de nossos arquivos nunca recebeu ruidosas visitas coletivas de escolares, nem foi por eles procurado em busca de documentação tipo “efemérides”? Ou ainda quais deixaram de fornecer cópias de peças de grande significação histórica a professores que as usariam com função didática? O que falta é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística. É preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, constante da programação escolar nas áreas de história e estudos sociais (BELLOTTO, 2006, p. 231-232).

É preciso trazer a problemática da educação patrimonial para ser debatida nas salas de aula quanto à formação do futuro professor e fazer com que tais discussões se transformem em ações concretas que sistematizem o uso da educação patrimonial como prática pedagógica de forma contínua e sistemática nos arquivos públicos no Brasil.

Baseamos-nos em três concepções principais para fundamentar nossa atuação no projeto de extensão:

Primeira, a própria crença de que a história é um produto multideterminado (HOBSBAWM, 1998). Ela oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada, em que vários são os fatores responsáveis pelo curso dos acontecimentos. Encaramos o documento como um produto da sociedade que o fabricou, com base nas relações de forças que aí se desenvolviam. Ele é resultado de uma montagem, consciente

ou não, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver.

Segunda, a concepção de educação patrimonial definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em seu *Guia Básico de Educação Patrimonial*:

O que é, afinal, a Educação Patrimonial? Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG, 1999, p. 6).

Desta forma, o espaço a ser estudado assume sentidos diversos, em que a multiplicidade é um fator que nos leva a ter que estudá-lo também de forma polifônica.

Terceira, consideramos, como Roger Chartier (1988), que as percepções do social não se constituem em discursos neutros. Indo mais além, o espaço da cidade proporciona sua própria história, partindo do princípio de que o espaço é uma construção social. Conclui-se então, que a sua memória também deve ser compreendida como construção social.

Arquivologia e educação patrimonial

A educação patrimonial é um campo muito pertinente para se discutir arquivo, memória e cidadania. A função social do arquivo reside na possibilidade de se preservar a memória – individual e coletiva – como estratégia fundamental do exercício da cidadania.

Nesse sentido, Jacques Le Goff, em seu texto *História e Memória*, define memória como “propriedade de conservar certas informações” e, ainda que o que sobrevive é o que se escolhe preservar:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p. 283).

Para Le Goff:

[...] o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos (LE GOFF, 1990, p. 283).

Olhar para o campo arquivístico e entender a sua burocracia de funcionamento nos ajuda a compreender as relações estabelecidas e nos leva a questionar: Todas as relações estão representadas nesses documentos? Quem vai definir os critérios de avaliação e descarte desses documentos? A verdade é que é possível estudar o que tivermos interesse de discutir na arquivologia, mas para isso precisamos entender como o arquivo se insere nesses diferentes espaços. Os arquivos são complexos porque não atendem a um objetivo único. Não são só administrativos, ou só culturais, ou só comprobatórios; podem ser tudo isso e tudo o que o olhar permitir.

Consideramos que a utilização da educação patrimonial nas salas de aula permite que os alunos sejam os agentes de suas próprias histórias, de suas próprias memórias, podendo, assim, desenvolvam sua cidadania de forma plena e múltipla, sem ser algo imposto, mas algo a ser construído. Para isso, é fundamental que os alunos tenham contato, em seu cotidiano com os documentos e com a história local, para que, tenham ferramentas para a construção de suas próprias memórias, a partir do reconhecimento e da identificação deles com o patrimônio.

A arquivologia não adota um único discurso. Existem discursos, no plural, que são construídos por grupos que passam a ter acesso e a construir a sua própria história. A fonte pode ser a mesma, mas os olhares são diferentes. Um discurso é apropriado por diferentes grupos, que produzem diferentes discursos a partir dele. Essa multiplicidade de possibilidades de produção de conhecimento de arquivo não pode ser reduzida a um papel. O arquivo é a representação física de diferentes culturas, cultura essa que se organiza em uma lógica burocrática. A burocracia não é só a etapa da produção de algo necessariamente novo, mas uma produção que deve considerar um processo constante, muito embora a burocracia não exista sem essa produção de arquivos.

Trabalhar com as múltiplas possibilidades do arquivo nos permite um olhar muito mais amplo. A complexidade da arquivologia reside em pensar no documento para além dele mesmo. A informação não é algo acabado; é sempre algo em construção. Encarar o conhecimento como um produto apenas e negligenciar o processo faz com que o conhecimento não se renove – ou seja, fique fechado em si mesmo, impossibilitando novas reflexões. O desafio arquivístico não se resume ao ato de organizar, mas reside muito mais nos questionamentos: Por que acumular tanto documento? Por que organizar? Como?

Onde? Para quem? Nesse sentido, a discussão de arquivo e sociedade se revela fundamental, pois mais importante que o produto – ou seja, a resposta – são as perguntas que sejamos capazes de formular.

É possível pensar em estudar na arquivologia educação patrimonial, o que, a partir de sua relação com os arquivos, nos revela uma visão muito além do binômio cultural-administrativo. Ao pensar em patrimônio, não se deve deixar de lado os motivos de sua existência, a qual grupo social representa, e, ainda, se esse grupo se vê representado pelo patrimônio a ele, muitas vezes, imposto. Ao se discutir essas questões no ambiente de ensino e aprendizagem de maneira “viva” e dinâmica, entende-se que tais práticas vivenciadas podem promover uma contribuição mais rica na percepção de si na relação com a sociedade vivida.

Educação patrimonial no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)

Em nosso projeto de extensão atuamos diretamente no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) – mais precisamente, no Centro da Memória da Educação Brasileira (CMEB) – com os alunos de Pedagogia do ISERJ, visto que serão futuros professores e poderão levar para sua prática escolar tais conhecimentos. O foco, portanto, concentrou-se nos alunos que estão em fase final de seus estudos dentro do Instituto.

Pautamos nossas ações com o intuito de unir diferentes campos do conhecimento – Arquivologia, História, Educação, Patrimônio, Memória e Identidade –, conseguindo abordar a educação patrimonial como um importante instrumento de resgate e de construção de identidade. Dessa forma, a partir da análise da cultura material escolar, visou-se descobrir práticas de um tempo e de um espaço reveladora de significados.

Atualmente denominado “Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro”, o ISERJ é uma instituição centenária que já passou por diversas alterações estruturais e de nomenclatura, que reforçam sua importância no desenvolvimento da educação no Rio de Janeiro e no Brasil.

O ISERJ abriga o Centro da Memória da Educação Brasileira (CMEB), que foi criado em 2005. Inicialmente, chamava-se “Centro de Memória Institucional do ISERJ” (CEMI-ISERJ). Por contar com um acervo riquíssimo, que representa não apenas a história da instituição, mas também parte da história da educação no Brasil, optou-se pela mudança de

nome. Responsável pela guarda do acervo histórico do ISERJ, o CMEB tem como missão reunir, organizar, catalogar, difundir o acervo que ajuda a contar a história do ISERJ e, ainda, conscientizar alunos e professores de que a memória da instituição deve ser preservada.

Formado por uma equipe multidisciplinar, possui uma equipe de profissionais de diversas áreas, a saber: professora Heloísa Helena Meirelles dos Santos; historiadora Elizabeth Benaion, bióloga Débora Barros, geógrafa Marlúcia Neri e bibliotecária Mônica Ladeira.

O acervo, além de muito rico, é muito variado quanto à tipologia e ao suporte. São exemplos do que encontramos no CMEB: trabalhos de alunos e cadernos escolares, material metodológico para o ensino de Biologia, Zoologia e Língua Portuguesa, vidrarias utilizadas nos Laboratórios de Física e Química desde a Escola Normal do Distrito Federal (1891) equipamentos usados em diferentes épocas na Instituição, mobiliário antigo, fotografias, plantas arquitetônicas, livros raros etc.

O CMEB ainda é pouco frequentado pelos alunos e professores do ISERJ. Existem duas razões principais para isso: o acervo ainda não foi todo tratado e falta espaço para a exposição e guarda adequada dos documentos. Dessa forma, existe todo um campo a ser explorado pela educação patrimonial, que ajudaria na conscientização de sua importância e, conseqüentemente, na preservação do acervo.

Uma experiência com educação patrimonial

Atuamos nos últimos anos no ISERJ, investigando como a educação patrimonial vem sendo trabalhada pela instituição. A partir das oficinas organizadas sobre educação patrimonial, levantamos dados interessantes quanto ao conhecimento e à concepção que os participantes destas atividades têm sobre a temática. Partimos da premissa de que as práticas educativas podem contribuir para o processo de formação do sujeito. Assim, o projeto foi desenvolvido com vistas a analisar como a educação patrimonial pode contribuir para que os estudantes se percebam integrantes da história. Almejou-se estimular reflexões sobre o uso do patrimônio cultural a partir da educação patrimonial com os corpos docentes e discentes, possibilitando o seu uso como auxílio no processo de ensino e aprendizagem.

A partir de uma aproximação com a professora Malu Melo, que coordena o “Movimento de Ocupação da Biblioteca do Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro” (MOB), foi possível desenvolver algumas atividades abordando a temática

“Educação Patrimonial: Roda de convivência”, durante a “Semana de Cultura do ISERJ – Reconhecendo a Educação Patrimonial”, oficinas temáticas, conversas informais, visita guiada ao CMEB durante a I Semana MOB-ISERJ e discussões sobre a experiência, sempre tendo como comunidade-alvo os alunos do curso de Pedagogia do ISERJ.

A análise dessas iniciativas nos permitiu reconhecer que a aproximação entre as instituições educacionais e os arquivos é um processo que propicia a formação de cidadãos mais conscientes do que são. Ou seja, trata-se de uma ação de promoção cultural, educacional, de preservação do patrimônio e de exercício de cidadania.

Em nosso primeiro contato com os profissionais do Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), a grande preocupação que nos foi trazida foi a questão da falta de identificação dos alunos com o patrimônio da escola. O ISERJ é uma instituição centenária, com uma história que, muitas vezes, se confunde com a própria história da educação no Brasil e com a história local e nacional. A instituição está permeada por um patrimônio em todos os seus aspectos: histórico, arquitetônico, documental, etc. Assim, a preocupação central é a preservação do patrimônio do ISERJ. Neste sentido, entendemos como Gonçalves:

Os encaminhamentos e usos de documentos de arquivos históricos escolares [...] visam sensibilizar a comunidade escolar, em especial os docentes e os responsáveis pela guarda dos arquivos históricos escolares para a importância de sua preservação; e evidenciar o potencial dos documentos do arquivo histórico escolar como fontes para um eixo temático importante de trabalho na escola, com a história e memória da instituição e da comunidade escolar, contribuindo para um ensino mais significativo e potencialmente mais interessante para os alunos, e para o diálogo mais efetivo com a comunidade (GONÇALVES, 2007, p. 10).

Muitas vezes, tal preocupação com a preservação acaba atrapalhando o acesso ao acervo e a utilização do espaço do arquivo como fonte de pesquisa para os alunos. É preciso um trabalho de conscientização sobre a importância da educação patrimonial em uma instituição que possui todos os níveis de ensino – fundamental ao superior – e que conta com um acervo riquíssimo de documentos em um centro de memórias:

É necessário a promoção de uma ação pedagógica que direcione aos estudantes estes conceitos de Patrimônio e sua importância. É (re)conhecendo a identidade cultural que se passa a valorizar e preservar aquilo que reconhece como seu. [...] deve-se inserir os professores nesta prática, trabalhando os principais conceitos relativos ao tema, num processo interdisciplinar e transversal. Em suma, a Educação Patrimonial pode e deve ser incluída nos currículos escolares, levando à comunidade escolar ao resgate e preservação do Patrimônio Cultural (MORAES, 2006, p. 12).

Inicialmente, tivemos dificuldades em propor atividades diretamente no CMEB. Assim, nossas ações se concentraram em atividades que estimulassem os alunos de graduação em Pedagogia do ISERJ a utilizarem em suas práticas futuras a educação patrimonial e o próprio CMEB como fonte de pesquisa e de atividades educacionais.

A inserção de conteúdos como a educação patrimonial nas práticas pedagógicas permite ao aluno se reconhecer e se envolver no processo de ensino e aprendizado, na medida em que possibilita discutir arquivo, memória e cidadania. Nessa perspectiva, este trabalho consiste no relato da experiência com alunos e professores do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), tendo como foco o uso dos arquivos como instrumento a ser utilizado em salas de aula.

A primeira atividade que desenvolvemos foi uma roda de convivência sobre educação patrimonial intitulada “(Re)conhecendo a Educação Patrimonial”. A atividade ocorreu no dia 24 de setembro de 2015, às 15 horas, na sala 300 do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), no âmbito da “Semana de Cultura do ISERJ”. O convite foi feito pela professora Malu Melo, coordenadora do Movimento de Ocupação da Biblioteca do ISERJ.

Com a presença de alunos e professores do ISERJ, a roda de convivência teve como objetivo primordial despertar o interesse dos alunos de pedagogia sobre a temática “Educação Patrimonial” como uma possibilidade de prática pedagógica a ser utilizada em salas de aula. Participaram 19 alunos do curso de Pedagogia do ISERJ, inscritos em diversos períodos.

Nesse grupo, apenas dois alunos já tinham ouvido falar de educação patrimonial. Um havia trabalhado com o conceito em uma disciplina da grade do ISERJ “Estudos Interdisciplinares do Rio de Janeiro”, ministrada pela professora Carol, e o outro quando estudava em outro curso na UFRJ. Apenas uma pessoa do grupo já tinha ido ao CMEB. Os demais não sabem ao certo que tipo de acervo a instituição possui e alguns sequer sabiam onde ficava o CMEB, embora soubessem de sua existência.

Isso demonstra que o Centro de Memória ainda é pouco divulgado e que as possíveis ações que poderiam ser desenvolvidas no espaço com o acervo ainda são incipientes ou inexistentes.

O trabalho se desenvolveu em torno das experiências dos alunos em atividades como visitas a museus. A partir daí, trabalhamos a ideia de pertencimento, de cidadania e de memória. O que mais nos foi solicitado foi: Como concretizar a educação patrimonial? Ou seja, como é possível tirar do plano teórico e aplicar, de fato, na rotina do ensino? Enquanto futuros educadores, eles sabem da importância de uma educação mais lúdica, mas

percebem dificuldades em pensar em estratégias de encantamento – ou seja, em estratégias de como usar o acervo existente como prática educacional, sobretudo quando se fazem necessárias ações contínuas, e não apenas pontuais.

A participação do grupo foi um pouco tímida, mas todos demonstraram muito interesse sobre o tema e o desejo de aprofundarem o tema em atividades futuras.

A segunda ação que desenvolvemos junto com os alunos de Pedagogia do ISERJ consistiu em três “Oficinas sobre Educação Patrimonial”, realizadas nos três turnos – manhã, tarde e noite –, como forma de apresentar o conteúdo para o maior número de alunos possível, considerando que o curso de Pedagogia funciona nos três turnos. Assim, percebemos que os interesses dos alunos eram diferentes e que o perfil dos alunos de cada turno influenciou muito a participação ativa deles durante as oficinas.

Algumas provocações foram propostas, como ir a uma instituição cultural, conhecer o CMEB e pensar sobre o que havíamos discutido na atividade anterior. Como desdobramento da roda de convivência, a oficina foi elaborada para ser oferecida prioritariamente aos alunos de Pedagogia do ISERJ, com o intuito de aprofundar a questão do uso da educação patrimonial como uma prática pedagógica e, ainda, apresentar experiências com educação patrimonial, já em curso no Brasil.

As oficinas envolveriam a parceria entre o ISERJ, o MOB, a professora Malu Melo e suas estagiárias, Ruth Tamires e Adrielle Ledra. Os participantes das três oficinas eram do curso de Pedagogia do ISERJ, que pertenciam a diversos períodos.

A Oficina 1 ocorreu no dia 30 de setembro de 2015, às 10h30 na Sala 300 do ISERJ, da qual participaram 21 alunos. A Oficina 2 ocorreu no dia 01 de outubro de 2015, às 16h, na Sala 300 do ISERJ da qual participaram 19 alunos. A Oficina 3 ocorreu no dia 1 de outubro de 2015, às 18h, na Sala 225 do ISERJ, da qual participaram 19 alunos.

Para a realização das três oficinas, desenvolvemos uma apresentação em Power Point, expondo, primeiramente, o projeto de extensão da UNIRIO “Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)viendo as práticas pedagógicas”. Depois, fizemos uma breve definição de educação patrimônio. Para tanto, utilizamos a definição do IPHAN. Posteriormente, apresentamos um rápido histórico do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) e do Centro de Memória Institucional (CEMI).

Apresentamos algumas fotografias do ISERJ para a análise, como forma de demonstrar a riqueza do material que o Instituto possui em seu acervo e de provocá-los a pensar em propostas de como utilizar tais documentos como fonte. Por último, trouxemos alguns exemplos de iniciativas com educação patrimonial: a) o programa Mais Educação,

com o exemplo da Prefeitura de Itapeva; b) o projeto Trem da Vale e c) o projeto do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís.

Tivemos a participação muito ativa de todos os alunos e professores do turno da manhã, sobretudo com a análise das fotografias, o que rendeu muitas discussões sobre o patrimônio do ISERJ. A presença do professor de história foi muito rica, pois ele tinha acabado de trabalhar com um tema que, por coincidência, estava contemplado nas fotografias que trouxemos para a oficina. A discussão foi bem interessante, pois quem fez a conexão da aula de história com o que estávamos expondo foram os próprios alunos.

O turno da tarde foi bem mais contido. Os presentes, apesar de interessados, não participaram muito, mesmo na atividade de análise das fotos houve pouca interação. A dinâmica acabou se concentrando muito na professora Carol da disciplina “Estudos Interdisciplinares do Rio de Janeiro”, que tem um conhecimento muito profundo da Instituição, tanto por fazer parte do corpo docente há muitos anos quanto pelo fato de sua pesquisa de doutorado concentrar-se no acervo institucional.

O grupo da noite foi muito participativo. Foi talvez, o público que mais se interessou pelo assunto. Era um grupo composto por alunos um pouco mais velhos, em que alguns já são professores e, portanto, nos contaram algumas experiências em suas escolas, inclusive experiências com educação patrimonial. Em um dos relatos, foi ressaltado não apenas o trabalho feito com os alunos, mas também ações que envolviam os pais e pessoas nas redondezas da escola. Isso levou a um empoderamento dos que se envolveram na atividade. A interação com os alunos e professores foi, no geral, muito positiva.

A experiência foi enriquecedora. Atingimos nosso objetivo de despertar o interesse de futuros educadores para o exercício da educação patrimonial e conseguimos uma aproximação com os alunos e com a própria Instituição. Nesse sentido, fomos muito bem recebidos.

A terceira atividade que realizamos com os alunos do ISERJ foi uma visita guiada ao CMEB. A atividade foi realizada no âmbito da “Semana do MOB no ISERJ” no dia 3 de dezembro de 2015, às 9h, no CMEB.

Nossa preocupação nesta atividade era que ela tivesse um caráter mais prático, pois identificamos que esta é a grande dificuldade dos professores atuais e professores em seu processo de formação e prática. Ou seja, eles possuem uma dificuldade muito grande em colocar em prática conceitos e noções mais abstratos. Nossa ideia inicial foi propor uma atividade em que eles pudessem criar e pensar sobre educação patrimonial, colocando em prática a utilização do seu acervo.

A atividade da visita guiada foi feita com um grupo reduzido, oito pessoas, mas despertou o interesse de todos quanto às possibilidades que o acervo do CMEB proporciona aos alunos de Pedagogia. Ao final da visita, fizemos uma avaliação em forma de uma conversa informal de todas as atividades que havíamos desenvolvido até ali. Os relatos foram interessantes e nos levam a acreditar que muitos levarão para suas práticas educativas o conceito de educação patrimonial como algo a ser desenvolvido e que passaram a perceber o CMEB como local de consulta, pesquisa e educação.

Ao final de nossa jornada, ao realizar todas essas atividades com o intuito de promover a educação patrimonial entre estudantes do curso de graduação em Pedagogia, consideramos que a experiência foi muito enriquecedora não só para nós que estávamos propondo, mas, sobretudo, para disseminar tais informações para futuros professores, pois concordamos como Moraes que

[..] a Educação Patrimonial contribui muito na formação de professores e estudantes, tornando esses sujeitos ativos e conscientes, tornando-os atentos com seu entorno, 'no mundo e com o mundo' e exercendo de fato sua cidadania (MORAES, 2006, p. 13).

O tema ainda é algo muito novo para esses alunos e, de certa forma, reflete uma conjuntura que não se limita ao ISERJ, mas que é comum a quase todos os arquivos públicos do Brasil. Faltam investimento e interesse, mas existem inúmeras possibilidades de atuação a serem exploradas nas escolas, nos centros de memórias e nos arquivos públicos do Brasil, pois:

A ação educativa patrimonial é essencial para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente a uma cidade, estado e nação. Essa prática está relacionada diretamente com a formação dos cidadãos, com o exercício da cidadania, da democratização e apropriação da cultura, na qual o patrimônio documental está inserido. A ação educativa em arquivos mostra-se uma ferramenta importante no contexto social brasileiro para um aprendizado diferenciado. (FRATINI, 2009, p.1).

Conclusão

Para nós, a maior contribuição dos arquivos, sobretudo os arquivos de valor permanente, é o seu valor social. Nesse sentido, para que o seu valor social seja plenamente posto em prática é preciso explorar os acervos públicos a partir de ações que aproximem os usuários – pesquisadores ou não – dos acervos institucionais. É preciso que tais ações aproximem, sobretudo, o usuário comum, ou seja, pessoas que não estão familiarizadas com o processo de pesquisa e que, portanto, a princípio não veem a importância da preservação de tais documentos.

Nossa experiência com o ISERJ reforça a ideia de que os arquivos ainda estão em fase incipiente quanto ao uso didático do acervo. Seus limites ainda reservam muitas possibilidades de atuação, que podem ser explorados por professores e profissionais ligados às instituições arquivísticas e de memória, como arquivistas, bibliotecários, historiadores, museólogos e todos os outros profissionais que considerem a memória, a história, a cidadania questões relevantes e importantes para o pleno exercício da prática educativa como fator preponderante para o exercício da cidadania.

Os usos dos acervos dos arquivos públicos na prática educacional podem propiciar um ensino lúdico capaz de ultrapassar os ensinamentos previstos nos livros didáticos, incentivar o pensamento crítico quanto ao conteúdo dos documentos, levar à construção da história a partir de vivências dos próprios alunos, e favorecer o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes de que também são agentes da história. Assim, é possível contemplar a história de quem tradicionalmente ficava à margem da história e, portanto, dela só participava de forma passiva e não se via representado em nenhum aspecto.

O aluno que se reconhece no que está sendo ensinado se interessa e se envolve nesse processo de ensino e aprendizagem. A preservação do patrimônio por parte dos alunos é consequência de um processo de conscientização e de reconhecimento do acervo e, em última instância, de um processo de reconhecimento de si próprio.

As muitas iniciativas já postas em prática demonstram a importância da educação patrimonial na divulgação do acervo e no desenvolvimento de uma educação mais inclusiva, e que valoriza os indivíduos como agentes ativos da história, mas também evidencia uma prática ainda pouco desenvolvida diante do que poderia ser. Um fator decisivo e recorrente diz respeito à falta de investimento nas instituições, seja para uma melhor preservação, seja para possibilitar que tais práticas façam parte da programação da instituição de forma contínua e sistemática.

É preciso estimular o desenvolvimento de políticas públicas eficientes que garantam que o aprendizado não seja apenas uma curiosidade momentânea, mas que, de fato, seja capaz de transformar indivíduos em cidadãos conscientes de seu papel na história vivida e produzida e que, ao mesmo tempo, preservem o patrimônio. O uso das tecnologias pode ser um fator importante na difusão e na aproximação dos usuários, mas que certamente depende de investimento.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

FRATINI, Renata. Educação Patrimonial em arquivos. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.34, 2009.

GOMES, Priscila Ribeiro. **Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011. (Projeto de extensão).

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Arquivos históricos escolares: contribuições para o ensino de história e a história local. In: ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA: Múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços, 7, 2007, **Anais...Natal**: EDUFRRN, 2007. v.1, p. 1-11.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

MORAES, Allana Pessanha de. Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. **Cereja**. 2006. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.